

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 53

Servidores públicos brasileiros, ativos, aposentados e pensionistas, viraram os únicos responsáveis pelo déficit de R\$ 18 bilhões da Previdência. Por trás das propostas de aumento da contribuição previdenciária e da sua extensão aos inativos, o governo tenta desviar a atenção de um problema maior: a sangria das contas é mais antiga e tem jeito de ser estancada.

Páginas 6 e 7

PREVIDÊNCIA

Os vilões do déficit



**10 de novembro
A Universidade na
Greve Geral**

Salário - Emprego - Reforma Agrária -
Universidade Pública gratuita



Fora FHC e FMI

**DCE****ADufrgs**
ASSOCIAÇÃO DE ALUNOS DA UFRGS



É hora de mobilização

Os governos morimbudos se debatem e deixam muitas vítimas sobre o caminho. É curioso que se aferram ainda mais em projetos que a realidade teima em negar viabilidade como se esta, por milagre, pudesse ter seu sinal invertido e o futuro voltasse a sorrir.

Lembremos de Somoza, com os insurgentes às portas de Manágua e ele, em festas, com seus amigos e protegidos.

Os atos de FHC, mesmo com o charme do acadêmico outrora brilhante, se parecem cada vez mais com o de um caudilho latino americano. Usa o poder que ainda tem para pressionar os governadores para que esses, por sua vez, pressionem seus deputados para aprovar sua emenda constitucional de cobrança da aposentadoria dos aposentados do serviço público.

A grande imprensa também é daqueles que fica até a última hora com quem está no poder para virar na última hora (na zero hora das novas eras). Pois bem, esta repete ad nausen que é preciso acabar com o privilégio do serviço público.

Suas isenções tributárias não são privilégios como também não o são os favorecimentos fiscais dos bancos, dos investidores estrangeiros e dos 43 maiores contribuintes da CPMF que não declararam imposto de renda (isto declarado por Everardo Maciel, secretário da Receita Federal).

Se querem acabar com privilégios no serviço público, que sejam fixados os

tetos e subtetos salariais, que curiosamente a maioria parlamentar sempre se nega a votar.

Os cenários catastróficos montados para inviabilizar o sistema de repartição da aposentadoria no setor privado e o pagamento dos aposentados e pensionistas da União pelo Tesouro (pois estes são encargos da União) só pode ter consistência nestes vulgares cálculos demográficos que não consideram o conjunto da economia.

O sistema está fazendo água porque estamos presos a um modelo malhuisiano de economia no qual as taxas de crescimento são, a cada década, menores. Se crescesssem às taxas históricas do período que vai dos anos 30 aos anos 80, esta questão não estaria colocada.

Este problema seria menor ainda se este crescimento se desse com um perfil de distribuição de renda diferente e com um nível de formalização da economia da ordem de 80% ou mais.

Cada vez mais cobram sacrifícios dos que ainda tem um pouco, sem tocar nos que tem muito. Cada vez mais nós, professores universitários, temos razões morais e materiais para nos unirmos ao conjunto da população e exigir um basta.

Um basta à miséria, ao desemprego, ao ataque de nossos direitos sociais. Um basta à submissão e à entrega do país à rapina das finanças internacionais!

Vamos ampliar nosso protesto! Vamos paralisar dia 10 de novembro!

**Vamos ampliar
nossa protesto!
Vamos paralisar
dia 10 de novembro!**

OBSERVATÓRIO

Planejamento humano

Um ensaio de 43 páginas disponibilizado na Internet estremeceu a comunidade científica mundial nos últimos meses. O texto, "Regras para um Parque Humano", do filósofo alemão Peter Sloterdijk, trata da polêmica tese de usar a biogenética para criar um código de planejamento do homem. Muitos receberam o assunto como um aceno saudista aos anseios do ditador Adolf Hitler de criar o super-homem ariano. Ancorando em Platão, o alemão entende que a filosofia humanista ocidental falhou ao tentar "criar um 'parque' (uma sociedade) onde, de um lado, haveria os seres humanos a serem 'cultivados/selecionados', por não serem sábios, e de um outro, os próprios sábios, que estariam habilitados pela arte da leitura e da reflexão (a própria filosofia) a dirigirem a vida dos primeiros". Para Sloterdijk, tudo se trata de pensar a consequência do desenvolvimento da técnica e de se discutir um código antropotécnico (de seleção). A engenharia genética não seria senão o humanismo revelado em sua face mais ativa e poderosa: a técnica de aperfeiçoamento biológico do homem.

Congresso em POA

Professores, estudantes e profissionais ligados à Educação estarão reunidos entre os dias 2 e 5 de dezembro, em Porto Alegre, para a realização do "III Congresso Nacional de Educação" (Coned), que será sediado na Ufrgs. Conferências, painéis e cerca de 40 mesas de discussão deverão fomentar os debates sobre temas pertinentes ao sistema de ensino brasileiro, como "Universalização da e-educação básica", "Autonomia universitária", "Financiamento democrático da educação brasileira" e "Trabalhadores e trabalhadoras em educação". O evento acontecerá num momento de grande discussão e luta pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), no Congresso Nacional. Informações e inscrições podem ser obtidas na secretaria do III Coned, fone 221.2154.

Arte docente

No dia 11 de novembro será lançado em Brasília o "Prêmio Andes de Arte Docente", que pretende promover a reflexão sobre arte e cultura no espaço da universidade pela valorização da produção artística e o incentivo do espírito crítico. Fotógrafos, cineastas, artistas, escritores, músicos compositores e teatrólogos, entre outros, poderão participar do prêmio, que pretende democratizar a arte produzida nas universidades por meio de uma programação de oficinas abertas à comunidade universitária e à sociedade em geral. A premiação ainda está em estudo pela Andes e deve ser divulgada em breve.

FHC versus CNPq

O professor de Filosofia da Ufrgs Denis Rosenfield, há um mês afastado da vice-presidência do CNPq, expôs uma série histórica do orçamento destinado ao órgão desde 1980 em um debate realizado no 23º encontro anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) no último dia 21. Na análise dos dados, constata-se a redução de verbas para a pesquisa durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Deflacionados e convertidos em reais, os dados mostram que em 1989, no final do governo Sarney, o volume de verbas do CNPq destinado somente a bolsas de estudo e fomento à pesquisa totalizava R\$ 433,6 milhões. Em 1992, antes da renúncia de Fernando Collor de Mello, o valor havia caído para R\$ 324,4 milhões. Dois anos depois, em 1994, saltou para R\$ 657,9 milhões com Itamar. Em 1998, FHC reduziu a verba para R\$ 426 milhões - R\$ 230 milhões a menos do que em 94.

Fidelidade partidária

A bancada do PT no Congresso tem 98,7% de fidelidade partidária. O PFL conta com 93,3% e o PSDB com 91,4% de seus integrantes fiéis à liderança do partido. O PCdoB alcança a maior fidelidade: 98,8% da bancada em torno de sua liderança. Os menos fiéis estão no PL (77,9%) e no PMDB (80%). Esses números fazem parte de pesquisa do cientista político Jairo Marconi Nicolau, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). A pesquisa revela ainda um dado intrigante: no período em estudo, O PFL de Antônio Carlos Magalhães foi mais fiel a FHC (77,5% da bancada) do que o próprio partido do presidente, o PSDB (77,3% votaram como queria o governo). No PMDB, a taxa de fidelidade ao Planalto caiu para 63,1%.

Mulher no sindicato

No sindicalismo brasileiro, como em outras esferas da sociedade, a participação das mulheres é alheia às conquistas do feminismo e dos movimentos pelos direitos das mulheres. A constatação é de José Eustáquio D. Alves, professor da Universidade Federal de Ouro Preto. Eustáquio assinala que mesmo na Andes, onde as mulheres representam boa parte da categoria e têm reconhecimento pelo seu potencial de trabalho, os homens "continuam a dominar a agenda política e a tecnologia do poder: mise-en-scène do palanque, domínio do microfone e a capacidade de elaborar análises de conjuntura".

EDUCAÇÃO

Brasil agrava desigualdades regionais no sistema de ensino

Governo tenta esconder mas diferenças têm se aprofundado ao longo dos anos

A qualificação do sistema de ensino brasileiro deve passar, necessariamente, por uma diretriz básica: a formação inicial e continuada de professores e incentivos à carreira e melhora salarial. Na próxima década, a valorização do magistério deverá ser a principal prioridade para se atingir as exigências da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) construída pelo conjunto da sociedade.

Essas recomendações não partiram de ONGs ou de entidades representativas de trabalhadores na área educacional. São formulações de um órgão vinculado ao próprio Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Em seminário realizado recentemente no Rio de Janeiro, a presidente do INEP, Maria Helena Guimarães de Castro, apresentou um quadro das desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. Maria Helena deixou claro que a característica dominante do sistema educacional brasileiro é a desigualdade regional que enfatiza as diferenças sociais e econômicas entre as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste) e as mais atrasadas do país (Norte e Nordeste). Embora tenham sido implementadas várias políticas para reduzir essas desigualdades - como o Fundef - e tenha havido melhora nos indicadores educacionais verificados em todo o país na última década, isso não se refletiu na redução dos desníveis regionais.

Essas desigualdades são derivadas de três fatores principais, segundo a presidente do INEP: as diferenças sócioeconômicas, as prioridades de Estados e municípios em políticas no setor educacional e a atuação do governo federal como coordenador de políticas nacionais para o setor. Com base na conferência apresentada por Maria Helena, **Adverso** apresenta uma breve radiografia do ensino no país.

Declínio do analfabetismo

Freqüentemente apontado como uma das principais evidências do atraso educacional do país, o analfabetismo no Brasil, a despeito da sensível redução verificada nas últimas décadas, exibe uma das taxas mais elevadas da América Latina (14,7%). Em números absolutos, isso corresponde a cerca de 15,8 milhões de pessoas. Nos anos 90, o país avançou na superação deste quadro, intensificando o esforço de universalização do ensino fundamental. As Regiões Sul e Sudeste reduziram o analfabetismo a taxas inferiores a 3% na população até 24 anos (IBGE/1996). O Nordeste mantém taxas mais altas de analfabetismo em todas as faixas etárias mas vem apresentando uma rápida redução do

analfabetismo na população de 15 a 24 anos. Em 1980, o Nordeste apresentava um índice de analfabetismo de 45,5% na população com 15 anos ou mais e, em 1996, a taxa de analfabetos do Nordeste havia recuado para 28,7%. A Região Centro-Oeste também registrou uma queda bastante acentuada na taxa de analfabetismo, de 25,3%, em 1980, para 11,6%, em 1996, aproximando-se assim do perfil das Regiões Sul e Sudeste. Na população urbana da Região Norte, a queda foi maior ainda: de 29,3% para 12,4%.

Ensino Fundamental

As Regiões Sul e Sudeste promoveram, ainda na década de 80, políticas de universalização do acesso e, simultaneamente, a implantação do ciclo básico como estratégia para reduzir a repetência nas séries iniciais. Com isso, alcançaram altas taxas de cobertura e uma significativa melhoria dos indicadores da taxa de promoção e redução das taxas de repetência e evasão. As Regiões Norte e Nordeste, por sua vez, somente nessa segunda metade da década de 90 passaram a adotar uma nova agenda de políticas educacionais, estabelecendo como prioridade a universalização do atendimento e a promoção da melhoria da qualidade. Dessa forma, fica caracterizada a existência de um atraso de, pelo menos, uma década no desenvolvimento educacional da Região.

Entre 1989 e 1998, foi justamente nas Regiões Norte e Nordeste que se verificaram as maiores taxas de crescimento da matrícula do ensino fundamental, fenômeno que se deu com maior intensidade nas séries finais (91% e 86,7%, respectivamente). No mesmo período, a matrícula de 5ª a 8ª série também registrou forte expansão nas Regiões Sudeste e Sul (57,4% e 49,7%, respectivamente). Mas a grande diferença ocorreu no comportamento da matrícula de 1ª a 4ª série: enquanto o Nordeste e o Norte tiveram expressivo crescimento (39,1% e 35,8%, respectivamente), o Sul e o Sudeste apresentaram taxas negativas (5,6% e 5%). A Região Centro-Oeste, por sua vez, apresenta uma estrutura da matrícula no ensino fundamental muito semelhante ao perfil observado no Sul e Sudeste, com tendência à estabilização de 1ª a 4ª série e forte crescimento de 5ª a 8ª série.

O esforço empreendido pelos Estados e municípios das Regiões Norte e Nordeste para expandir a oferta do ensino fundamental, sobretudo nesta segunda metade da década de 90, proporcionou uma significativa redução do déficit de cobertura. Em 1998, apenas três Estados da Região Nordeste apresenta-

ram taxas de escolarização líquida na faixa de 7 a 14 anos, inferior a 90% - Piauí (85,9%), Alagoas (87,6%) e Maranhão (89,7%). Em contraste, todos os Estados das Regiões Sul e Sudeste já alcançaram taxas de escolarização líquida superiores a 96%, atingindo patamar próximo à média dos Países desenvolvidos que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Região Centro-Oeste, por sua vez, apresenta situação parecida à do Sul e Sudeste, com um índice de 94%.

Apesar de os desníveis regionais ainda persistirem, é importante assinalar que no período mais recente, as Regiões Norte e Nordeste deram um salto extraordinário na expansão da cobertura escolar. Neste aspecto, houve uma clara redução das desigualdades existentes na década de 80. De fato, a taxa de escolarização líquida, que em 1980 era de apenas 67% no Nordeste e de 70% no Norte, alcançou 90%, em 1998.

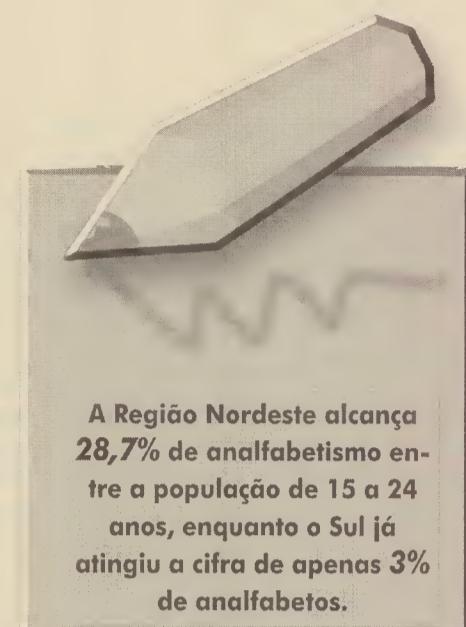
Expansão do Ensino Médio

O ritmo acelerado com que o ensino médio vem se expandindo é uma das tendências mais positivas apresentadas pelo sistema educacional brasileiro neste final da década de 90. Este fenômeno está sendo gerado principalmente por dois fatores: primeiro, a melhoria do desempenho do ensino fundamental; segundo, a pressão do mercado de trabalho que se torna cada vez mais restritivo na oferta de empregos para trabalhadores com baixa escolaridade. Como resultado das políticas de promoção da qualidade, o número de concluintes do ensino fundamental vem crescendo a uma taxa anual superior a 10%. Com isso, gerou-se uma forte demanda por vagas no ensino médio, sobretudo nas redes estaduais, que se expandiram 114%, no período de 1991 a 1998.

O número de alunos saltou de 5 milhões, em 1994, para cerca de 7 milhões, em 1998. Mantida a atual tendência, este nível de ensino deverá chegar em 2002 com algo em torno de 10 milhões de alunos. A forte expansão da matrícula repercutiu com maior intensidade no número de concluintes do ensino médio, que tem aumentando a uma taxa de 15% ao ano.

Estudos realizados pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), revelam que a redução de 5% ao ano nas taxas de repetência e evasão no ensino básico seria suficiente para gerar uma economia capaz de financiar 70% da expansão do ensino médio.

Continua na próxima página



A Região Nordeste alcança 28,7% de analfabetismo entre a população de 15 a 24 anos, enquanto o Sul já atingiu a cifra de apenas 3% de analfabetos.

Diferenças sócioeconômicas, prioridades de Estados e municípios em políticas no setor e a atuação do governo federal, são os fatores responsáveis pelo agravamento das desigualdades regionais no sistema de ensino brasileiro.

O Norte e Nordeste do Brasil estão empenhados em universalizar o Ensino Fundamental, enquanto nas outras regiões a ênfase já é no Ensino Médio.

As redes estaduais de Ensino Médio expandiram 114% entre 1991 a 1998 e o número de alunos saltou para cerca de 7 milhões em 1998. Mantida a atual tendência, este nível de ensino deverá chegar em 2002 com algo em torno de 10 milhões de alunos.

Nas universidades, 54% dos alunos pertencem à Região Sudeste e 19,7% à Região Sul (dados de 1998). Em conjunto, as duas regiões concentram 73,7% das matrículas do ensino superior. O restante é dividido entre o Nordeste (14,6%), Centro-Oeste (7,7%) e Norte (4%).

Continuação da página anterior

Com a redução da repetência e da evasão, o setor público poderá economizar cerca de R\$ 300 milhões anuais, valor que cobriria aproximadamente mais de dois terços dos custos da expansão do ensino médio que exigirá investimentos anuais da ordem de R\$ 400 milhões.

A despeito da vertiginosa expansão da matrícula realizada na década de 90, o Brasil ainda apresenta uma taxa de escolarização líquida no ensino médio extremamente baixa, atingindo apenas cerca de 30% da população na faixa etária de 15 a 17 anos. Ao contrário do que se observa, em relação ao ensino fundamental, que praticamente foi universalizado em todo o País, no ensino médio prevalece um brutal desnível regional em termos de atendimento. Como era de se esperar, as Regiões Nordeste e Norte apresentam um quadro desolador com taxas de escolarização líquida neste nível de ensino de 14,5% e 15,2%, respectivamente. Em contraste, embora distante de uma situação satisfatória, as Regiões Sul e Sudeste já alcançam taxas quase três vezes superiores: 44,8% e 42,5%, respectivamente. A situação da Região Centro-Oeste é intermediária, com uma taxa líquida de 31%. Com base nos indicadores de cobertura e na velocidade da expansão da matrícula, pode-se afirmar que as Regiões Sul e Sudeste já vivenciam um processo de massificação do ensino médio.

Ensino Superior concentrado

Depois de constatar o enorme peso das desigualdades regionais no ensino fundamental e no ensino médio, soa como obviedade analisar o ensino superior sob a mesma ótica. Os números são bastante ilustrativos: 54% dos alunos de cursos de graduação pertencem à Região Sudeste e 19,7% à Região Sul, de acordo com dados de 1998. Em conjunto, as duas regiões concentram 73,7% das matrículas do ensino superior. O restante é dividido entre o Nordeste (14,6%), Centro-Oeste (7,7%) e Norte (4%).

A forte concentração da oferta do ensino superior nas Regiões Sudeste e Sul se deu principalmente pela expansão do setor privado. No Sudeste, de cada 10 alunos do ensino superior, 8 freqüentam instituições privadas. Situação semelhante é observada na Região Sul, onde em cada 10 alunos, 7 estão na rede privada. A Região Centro-Oeste também registra uma importante participação do setor privado, responsável por 64,2% das matrículas. No Norte e Nordeste, ao contrário, a oferta de matrícula no ensino superior é predominantemente pública (65,4% e 64,2%, respectivamente).

A relação atual entre concluintes do ensino médio e ingressantes do ensino superior indica que existe uma demanda maior por vagas em cursos de graduação nas Regiões Norte e Nordeste em comparação com as demais Regiões do País. No ano passado, para cada ingressante no ensino superior da Região Norte, ha-

via 3,4 concluintes do ensino médio. Esta relação era bem parecida no Nordeste, com 3,3 concluintes por ingressante. Quadro bem distinto é observado nas demais Regiões, que apresentam uma relação concluinte/ingressante significativamente mais baixa (1,9 no Sudeste, 1,7 no Centro-Oeste e apenas 1,5 no Sul). Esta simples correlação sugere que a expansão da oferta de vagas no ensino superior nas Regiões Norte e Nordeste não vem acompanhando o ritmo de crescimento da demanda.

Como consequência dos gargalos existentes na educação básica, que somente no período mais recente começaram a ser desobstruídos, o Brasil apresenta uma taxa de escolarização bruta no ensino superior, considerando como população-alvo a faixa etária de 20 a 24 anos, extremamente baixa. No quadro geral do País, este nível de ensino permanece ainda profundamente elitizado. Como já foi exaustivamente demonstrado, os indicadores são ainda mais desfavoráveis no Norte e Nordeste, onde poucos alunos têm acesso ao ensino médio e uma parcela ainda menor chega ao ensino superior. As taxas de escolarização bruta nestas Regiões estão bastante abaixo da média nacional, de 14,8%. O Norte tem uma taxa de 7,8% e o Nordeste de 7,6%. O quadro é ligeiramente melhor nas demais regiões (20,4% no Sul, 18,8% no Sudeste e 15,5% no Centro-Oeste).

Perfil do magistério público

O Censo Escolar de 1998 revelou que havia, em todo o País, cerca de 100 mil professores leigos no ensino fundamental, isto é, professores sem a formação mínima exigida (curso de magistério para lecionar de 1^a a 4^a série e licenciatura para lecionar de 5^a a 8^a série). Os professores leigos estão concentrados nas Regiões Nordeste (62,5%) e Norte (21,7%), predominantemente nas redes municipais (cerca de 90%) e em escolas rurais. A Lei nº 9.424, de 1996, que regulamentou o Fundef, estipulou um prazo de cinco anos para que os professores leigos obtenham a habilitação necessária ao exercício das atividades docentes. A LDB foi mais longe ao prever que até o fim da "Década da Educação" (dezembro de 2006), somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

O Censo Escolar de 1998 revelou que 45% dos professores dos ensinos fundamental e médio não possuem formação de nível superior o que corresponde, em números absolutos, a 824 mil docentes. Para cumprir a exigência da LDB, será necessário habilitar mais de 100 mil professores por ano até 2006. Portanto, um dos principais desafios educacionais do País, na próxima década, será aumentar a escolaridade dos professores, fator crucial para a melhoria do ensino.

Em relação ao perfil de formação do magistério, as disparidades regionais são muito acentuadas. As regiões Norte e Nordeste apresentam proporção três vezes

menor de professores do ensino fundamental com formação em nível superior (17,8% e 24,5%, respectivamente), em comparação com as Regiões Sul e Sudeste (62,5% e 63,4%, respectivamente). Na Região Centro-Oeste, 49% dos professores têm nível superior. Diante desta realidade, pode-se concluir que Norte e Nordeste enfrentarão um desafio extra nos próximos anos, além de garantir a universalização do acesso e a permanência e progressão das crianças no sistema educacional: dar capacitação a um grande número de professores, sem o que será impossível melhorar os indicadores de eficiência do ensino.

Além dos desniveis em relação ao grau de escolaridade do magistério, vigora no País um quadro de graves desigualdades salariais. O salário pago a um professor nordestino que trabalha num regime de 20 horas semanais é 2,2 vezes menor que o de um professor da Região Sudeste. No regime de 40 horas semanais, a diferença salarial é 3,3 vezes maior para o professor do Sudeste.

Gasto por aluno/ano

Em relação ao gasto público em educação, observa-se um quadro que reflete as diferenças socioeconômicas regionais, muito embora o Norte e Nordeste tenham procurado compensá-las aplicando no ensino básico uma proporção do PIB maior do que a destinada pelo Sul e Sudeste.

Por essa razão, apesar do PIB do Nordeste ser 4,3 vezes menor do que o do Sudeste, não se verifica a mesma desigualdade no gasto per capita no ensino fundamental e médio. Sem incluir os gastos com os inativos, no ano de 1995, o Nordeste destinou R\$ 278,00 por aluno/ano matriculado no ensino fundamental e R\$ 502,00 por aluno/ano do ensino médio.

Na Região Sudeste, o gasto foi de R\$ 608,00 por aluno/ano do ensino fundamental e R\$ 780,00 por aluno/ano do ensino médio. Já o PIB per capita, naquele ano, era de R\$ 1.919,10 para o Nordeste e de R\$ 5.573,80 para o Sudeste. Dividindo os gastos por aluno/ano por nível de ensino pelo PIB per capita, pode-se concluir que o gasto nordestino por aluno/ano, comparativamente à renda per capita, é maior que a média da Região Sudeste e da média nacional. Embora os valores absolutos sejam menores, o esforço per capita feito pelo Nordeste é superior.

Em razão disso, os gastos com educação básica em relação ao PIB, tomando por base o exercício de 1995, foram maiores no Nordeste do que nas demais Regiões do País. A soma de recursos aplicados pelos governos estaduais e municipais da Região corresponderam a 4,2% do PIB, bem acima do gasto do Norte (3,6%), Sudeste (3%) e Sul (2,9%). No Centro-Oeste, o cálculo fica distorcido devido à injeção de recursos do governo federal na educação do Distrito Federal. Por isso, os gastos dos governos estaduais e municipais equivalem a 2,8% do PIB.

No Sudeste, 80% dos alunos no ensino superior freqüentam instituições privadas. Na Região Sul, 70% estão na rede privada e na Região Centro-Oeste, 64,2%. No Norte e Nordeste, a oferta de matrícula no ensino superior é predominantemente pública (65,4% e 64,2%, respectivamente).

O Censo Escolar de 1998 revelou que 45% dos professores dos ensinos fundamental e médio não possuem formação de nível superior, o que corresponde a 824 mil docentes. Para cumprir a exigência da LDB, será necessário habilitar mais de 100 mil professores por ano até 2006.

O salário pago a um professor nordestino que trabalha num regime de 20 horas semanais é 2,2 vezes menor que o de um professor da Região Sudeste. No regime de 40 horas semanais, a diferença salarial é 3,3 vezes maior para o professor do Sudeste.

MOBILIZAÇÃO

CUT convoca paralisação contra FHC

Non nppnlkjglksjogjsdijgsjdoigjosdifgoishgoihsdoghshgoihsohg npn npn npn



Mobilização: Para a CUT, a Marcha dos 100 mil comprovou a capacidade de organização e mobilização da sociedade

Os movimentos sociais organizados do país que integram a Central Única dos Trabalhadores (CUT) avaliaram que as recentes mobilizações nacionais - como a Marcha dos 100 mil sobre Brasília (26/8), a Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

(6/10) e a Marcha Popular (7/10) - têm superado as expectativas definidas pelas entidades e contribuído para a construção de uma visão crítica do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

As manifestações fizeram parte do calendário da Jornada Nacional de

Lutas que prevê ainda o Dia Nacional de Paralisação e Protesto em Defesa do Emprego e do Brasil, em 10 de novembro, que terá como eixos principais a luta por emprego, salário, previdência, reforma agrária, pelo não pagamento das dívidas interna e externa e por direitos sociais.

As propostas da CUT para o Brasil

1. Suspensão da dívida externa e fim do acordo com o FMI.
2. Redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Jornada máxima de 36 horas para a geração imediata de até 3,6 milhões de empregos.
3. Aumento de 10% para todos os salários e salário mínimo de R\$ 180,00.
4. Destinar os recursos dos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES, entre outros) para os setores que mais geram empregos, principalmente para as pequenas e médias empresas do campo e da cidade.
5. Reforma agrária de fato, garantindo o incentivo e crédito para a produção, assistência técnica, políticas sociais e escoamento da produção, assentamento de 2 milhões de famílias no prazo de 4 anos.
6. Criação imediata de uma política agrícola que incentive o pequeno e médio agricultor e a agricultura familiar e ampliação dos recursos do PRONAF.
7. Criação de um programa nacional para geração do primeiro emprego com jornada especial de trabalho para os estudantes.
8. Instalação imediata de uma CPI para apurar as denúncias de favorecimento no processo de privatização do Sistema Telebrás.
9. Investimento em moradias populares com subsídios para populações de baixa renda através de um plano de construção de casas populares.
10. Fim do trabalho infantil e adoção do programa nacional de bolsa-escola às famílias de baixa renda, para que seus filhos permaneçam na escola.
11. Investimento na escola pública (1º, 2º graus, técnica e universitárias) com ampliação de vagas, limitação do número de alunos por classe, valorização e qualificação do profissional de educação.
12. Investimento na saúde pública com melhorias do atendimento e fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
13. Uma previdência pública de boa qualidade para todos aliada a uma política de combate à sonegação.
14. Criação e ampliação do imposto sobre grandes fortunas.
15. Diminuição das taxas de juros.
16. Criação de um amplo programa de apoio às micros, pequenas e médias empresas, condicionado ao compromisso de geração de emprego e da formalização das relações de trabalho.

ECONOMIA

O mercado é uma bolha

No dia 15/10, a Bolsa de Valores de Nova Iorque fechou em baixa de 2,59%. O baixo desempenho fez soar o sinal de alerta para a economia mundial e os mercados que ainda estavam abertos, em função do fuso horário, sentiram o impacto. Em São Paulo, a Bovespa, por exemplo, fechou em queda de 1,6%. O abalo em Wall Street ocorreu em primeiro lugar pelo anúncio de alta nos preços dos EUA, com a inflação de setembro alcançando 1,10%, quando se esperava não mais do que 0,5%. O outro motivo foi a nova advertência feita ao mercado pelo presidente do Federal Reserve (Fed), o Banco Central dos EUA, Alan Greenspan, que recomendou cautela aos investidores e questionou a "exuberância irracional" de Wall Street.

O presidente do Fed colocou novamente o dedo num ponto delicado para o mundo inteiro: o vigor apresentado nos últimos oito anos pela economia norte-americana tem base sólida ou está alicerçada na sobrevalorização das ações em Wall Street? Em outras palavras, existe ou não uma bolha de euforia na economia dos EUA e no mercado de ações. Em caso afirmativo, até quando essa bolha vai se manter inflada? De forma sinuosa, em face da importância do cargo e das repercussões que suas declarações possam ter, o presidente do Fed vêm fazendo advertências sobre o assunto desde 1996.

Exemplos históricos

O temor de que exista um mercado de ações sobrevalorizado e prestes a desabar tem fundamentos na realidade. É de surpreender, por exemplo, que uma empresa como a Amazon.com, que acumula prejuízos consecutivos vendendo livros, discos e outros produtos na Internet, seja avaliada em US\$ 27 bilhões.

A história registra períodos em que a especulação financeira e o entusiasmo excessivo de investidores provocou terremotos na economia mundial. No século 17, havia na Holanda uma febre de tulipas, que alcançaram altíssimos preços e que gerou até um mercado futuro para as flores. Quando ficou claro que ninguém estava produzindo suficiente para cumprir os contratos, a bolha de preços altos explodiu. No século 19, a febre das ferrovias atraia legiões de especuladores ao Oeste dos Estados Unidos, uma odisséia que levou muita gente à ruína. O colapso de Wall Street, em 1929, resultou de bolhas especulativas sem fundamentos na economia real.

Essa irracionalidade do mercado pode ainda ser representada no exemplo dado pelo Brasil em 1989. Um cheque sem fundos passado por especulador Naji Nahas quebrou a bolsa e deixou um prejuízo estimado em US\$ 500 milhões. O episódio demonstrou a fragilidade existente no mercado especulativo.

(Fonte: www.acessocom.com.br)



Rombo ou saque?

Nas últimas semanas, o governo federal adotou uma nova estratégia: se não pode vencê-los, mude a Constituição. Baseado nesta visão de estabelecer relações institucionais, o Palácio do Planalto encaminhou ao Congresso Nacional em meados de outubro a emenda constitucional que, se aprovada, irá colocar por terra um direito adquirido dos trabalhadores garantido pelo texto constitucional. Tudo para cumprir metas de um ajuste fiscal acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998. Promete ser uma das mais intrincadas costuras políticas do seu segundo governo, uma vez que até sua base aliada tem dúvidas sobre a sustentação jurídica da matéria. FHC assumiu tal postura depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a tentativa de fixar o desconto de 11% a aposentados e pensionistas. Publicamente, a decisão da Justiça foi tratada como a responsável por um "rombo" de R\$ 2,38 bilhões dentro de um quadro que apresenta uma distorção maior: um "déficit crônico" das contas da Previdência.

Que os recursos do sistema previdenciário nacional não são suficientes para pagar o número de

aposentados que dependem dos parcos recursos de suas contribuições acumuladas não é novidade. Não se sabe bem quando surgiu, mas é consenso dizer que há décadas existe um fantasma do desequilíbrio de contas rondando o pagamento dos cerca de 18,79 milhões de benefícios emitidos até setembro deste ano. Parecer do atuário Francisco Simões Magro revela que o déficit da Previdência em 1998 chegou a R\$ 18 bilhões. Somente até setembro, o acumulado de 99 era de R\$ 7,48 bilhões.

Para reduzir o peso desta conta no Tesouro, as medidas apresentadas no Programa de Estabilidade Fiscal previam a "extensão da alíquota de contribuição de 11% aos inativos civis" e "a adoção da alíquota temporária adicional de 9% a todos os servidores civis, incidente sobre a parcela da remuneração superior a R\$ 1.200." Com isso, o governo esperava obter uma economia de R\$ 4 bilhões em um período de 12 meses. Em 11 de outubro, reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* revelava que o "rombo" era mais embaixo. Somente com desatualizações atuariais dos fundos de pensão das empresas estatais privatizadas o país deixou de arrecadar

R\$ 10 bilhões, mais do que o dobro da economia que se faria com o aumento da cobrança dos servidores.

Se entrar no mérito dos vilões da vez, especialistas em Previdência querem descobrir onde está o furo do modelo atual antes de atribuí-lo a algum vilão. As Caixas de Aposentadorias e Pensões de industriários, portuários, comerciários, servidores públicos e outros trabalhadores, criadas a partir da década de 30, foram superavitárias enquanto administrados de forma isolada. Do montante arrecadado, o Brasil viu nascer obras sociais sólidas, como conjuntos habitacionais que formavam bairros inteiros. Durante o Regime Militar, as caixas foram unificadas, em 1966, sob a insignia do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS).

Vice-diretor do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (Ipe) da Ufrgs, Luiz Antônio Nejar atribui o início do saque às contas da Previdência a um processo anterior. O marco seria o governo Juscelino Kubitschek, que usou os recursos para construir Brasília. Depois disso, virou praxe desviar os recursos do caixa da Previdência para obras faraônicas. Neste ponto, os militares se esmeraram. A mais famosa destas

aventuras inacabadas são os 5.619 quilômetros da Transamazônica, dos quais apenas 2.000 quilômetros foram abertos em plena selva.

Aliado à sonegação, este tipo de destinação para os recursos da Previdência explica grande parte do déficit e indica que um dos poucos vilões passível de punição é a improbidade de uma sequência histórica de más gestões administrativas. O que continua nebuloso é a fórmula a ser aplicada para fechar as contas sem precisar de bodes expiatórios. Aperfeiçoar a Era Vargas não parece ser má idéia para especialistas como o vice-diretor do Ipe. "Talvez fosse uma boa idéia voltar ao modelo antigo", cogita. No final do seu parecer, o atuário Francisco Magro sugere que uma das alternativas recomendáveis seria "fazer estudo macroeconômico para ver a repercussão da criação dos Fundos de Aposentadoria e Pensão na economia nacional e as implICAções que possam trazer ao sistema financeiro com o aumento dessa poupança". O Planalto parece pensar parecido a não ser pelo fato de que reservou a empresas privadas a tarefa de gerir estes fundos. Numa terra de vilões, parece que o governo já elegerá seu mocinho.

Outro cálculo, menos modesto, revela que o valor contribuído é muito aquém do que este mesmo professor perceberá depois de aposentado. A mesma contribuição durante o mesmo período, corrigida por um índice da caderneta de poupança de 1,51% mensais rendeia a extraordinária quantia de R\$ 19.692.036,00. Como só poderia receber sobre o total de seu vencimento, ou seja R\$ 5 mil, isso significa dizer que o professor teria contribuído com R\$ 41.885,82 além do que irá receber até o fim da vida. A pergunta que muitos atuários se fazem é: o governo não sabe responder: para onde iria o resto da contribuição bancada por este professor ao longo de sua vida?

Marcos de sete décadas da história da Previdência Social

24/1/1923 - Criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de cada empresa. Decreto Legislativo nº 4.682 ficou conhecido como Lei Eloy Chaves. Primeira instituição foi a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados da Great Western do Brasil.

30/4/1923 - Decreto nº 16.037 criou o Conselho Nacional do Trabalho, com atribuição de decidir sobre questões de Previdência Social.

1926 - Criado o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Civis da União.

1939 - Conselho Nacional do Trabalho é reorganizado e forma-se a Câmara e o Departamento de Previdência Social.

1º/5/1943 - Decreto-lei nº 5.452 aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. No mesmo ano, Ministério do Trabalho elabora o primeiro projeto de Consolidação das Leis da Previdência

Social.

7/5/1945 - Decreto-lei nº 7.526 prevê a criação do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil. 6/8/1945 - Decreto-lei nº 7.835 vinculou as aposentadorias e pensões ao salário mínimo limitando o valor dos benefícios.

19/9/1946 - Decreto-lei nº 8.738 criou o Conselho Superior da Previdência Social e o decreto-lei nº 8.742 criou o Departamento Nacional de Previdência Social.

26/8/1960 - Lei nº 3.807 editou a Lei Orgânica da Previdência Social, unificando a legislação aplicável aos institutos de aposentadorias e pensões.

15/12/1960 - Lei nº 3.841 dispôs sobre a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado por funcionários à União, às autarquias e às so-

ciedades de economia mista.

27/12/1963 - Resolução nº 1.500 do Conselho Diretor do Departamento Nacional de Previdência Social aprovou o Regimento Único dos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

13/9/1966 - Lei nº 5.107 instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

21/11/1966 - Decreto-lei nº 72 reuniu os seis Institutos de Previdência de Aposentadorias e Pensões no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

14/3/1967 - Decreto nº 72.771 deu nova redação ao Regulamento Geral da Previdência Social.

1º/5/1969 - Decreto-lei nº 564 estendeu a previdência social ao trabalhador rural.

7/9/1970 - Lei Complementar nº 7 criou o Programa de Integração Social (PIS).

3/12/1970 - Lei Complementar nº 8 instituiu o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

4/8/1971 - Decreto nº 69.014 estruturou o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

1º/5/1974 - Lei nº 6.036 criou o Ministério da Previdência e Assistência Social, separando-o do Ministério do Trabalho.

14/7/1975 - Lei nº 6.226 dispôs sobre a contagem recíproca do tempo de serviço público federal e da atividade privada, para efeito de aposentadoria.

11/9/1975 - Lei Complementar nº 26 unificou o PIS e o Pasep criando o Fundo de Participação PIS-Pasep.

24/1/1976 - Decreto nº 77.077 definiu a Consolidação das Leis da Previdência Social

(CLPS).

15/7/1977 - Lei nº 6.435 dispôs sobre a previdência complementar.

24/1/1979 - Decreto nº 83.080 aprovou o Regulamento de Benefícios da Previdência Social. Decreto nº 24/1/1979 - Decreto nº 83.081 aprovou o Regulamento de Custo da Previdência Social.

23/1/1984 - Decreto nº 89.312 aprovou a Consolidação das Leis da Previdência Social.

27/2/1986 - Decreto-lei nº 2.283 instituiu o seguro-desemprego.

12/4/1990 - Lei nº 8.029 extinguiu o Ministério da Previdência e Assistência Social e criou o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

27/6/1990 - Decreto nº 99.350 unificou o Iapen e o INPS no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Sistema desconsidera expectativa de vida

Muito se fala em rombo da Previdência. Omiti-se, entretanto, que a expectativa de vida dos brasileiros gera um superávit natural para o caixa. Natural porque, matematicamente, o servidor morre antes de utilizar todo o fundo para o qual contribuiu durante 30 ou 35 anos. Estranhamente, no confronto público de idéias sobre o modelo de previdência que se deve adotar para o Brasil esse assunto não vem à tona. Fala-se muito que a contribuição é insuficiente, o que abre caminho para o aumento das alíquotas, questionamentos sobre possíveis privilégios e toda uma batalha jurídica que daí se origina.

Nunca se menciona o fato de que o servidor público contribui sobre seu salário bruto e, na maioria das vezes, paga mais do que necessitará para seu sustento futuro. Menospreza-se o simples fato de se colocar as contas na ponta do lápis – ou do teclado do computador – e saber ao certo se os recursos são poucos ou se o destino é que é incerto. Alguns estudos estatísticos comprovam que a segunda hipótese é mais provável.

Na ponta do lápis

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levantados em pesquisa nacional por amostra de domicílios em 1996 revelam que a esperança de vida do brasileiro ao nascer é de 67,6 anos em média (63,9 anos para homens e 71,4 anos para mulheres). Um professor de universidade pública comece sua carreira profissional, na hipótese mais otimista, com 25 anos (16 anos até a graduação e mais dois de mestrado). Passa a

AUTONOMIA

Universidades poderão demitir servidores

Projeto do MEC estabelece total responsabilidade para as instituições na administração de pessoal

O Ministério da Educação (MEC) divulgou em outubro, de forma "ofíciosa", seu novo projeto de autonomia. Entre algumas novidades, o projeto fixa a administração de pessoal sob responsabilidade das universidades federais. Ou seja, os reitores poderão contratar, autorizar o afastamento de servidores, realizar concursos públicos e admitir professores e técnico-administrativos. As universidades também estabelecerão regulamentos próprios para contratos administrativos e compras. A proposta do MEC estabelece ainda que cada universidade apresente um projeto com metas de capacitação, ampliação e avaliação da instituição.

A proposta do MEC acaba com o contrato de gestão e fixa repasses em reais para as Ifes. O modelo anterior previa corte de verbas caso as universidades não cumprissem as obrigações estabelecidas pelo ministério. Antes, os valores seriam calculados pela média dos repasses feitos às Ifes nos últimos dois ou três anos. A proposta atual não cita valores, apenas menciona que os repasses serão em reais. Segundo o procurador da Universidade de São Carlos, Francelino Lamy de Miranda Grando, se a proposta de financiamento for aceita, os valores repassados às Ifes diminuirão

gradativamente a cada ano. "Porque o poder de compra do real muda", diz Francelino.

Na proposta anterior, o MEC obrigava as universidades a assinar um contrato de gestão com duração mínima de dois anos. No lugar do contrato, cada universidade fica livre para fazer um projeto de desenvolvimento próprio, baseado nas necessidades da instituição.

O presidente da Andifes e reitor da UFSC, Rodolfo Pinto da Luz, reuniu-se no final de outubro com o secretário da Sesu (Secretaria de Educação Superior), Abílio Baeta Neves, para discutir o projeto e a reposição de pessoal nas universidades. O secretário disse que a proposta de autonomia ainda não é definitiva. "O projeto não foi analisado pela equipe econômica do Governo." De acordo com a assessoria do ministério, o projeto de autonomia será enviado ao Congresso até o fim de novembro.

Na opinião do presidente da Andifes, o novo projeto é um pouco melhor que o anterior porque não prevê o contrato de gestão e nem desvincula os colégios agrícolas das universidades. Pinto da Luz disse ainda que o MEC aceitou discutir a proposta com a comunidade universitária e que a Andifes vai sugerir um financiamento baseado no quadro do pes-



soal de 1995, com 25% para custeio e 10% para investimentos. A Andifes defende que o financiamento das Ifes e a reposição de pessoal sejam aprovados em um único projeto.

Andes rejeita

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes/SN) é contra o novo projeto de autonomia proposto pelo Ministério da Educação. Segundo a Andes, o projeto do MEC perpetua as prerrogativas de poder para o governo controlar as universidades e há a falta de garantias para o financiamento das instituições.

A diretoria da Andes elaborou seu projeto de autonomia, que já foi apresentado no dia 23 de setembro a 26 deputados federais ligados à Educação. Os deputados, que fazem parte da Frente Parlamentar de Defesa da Escola Pública, receberam com entusiasmo a iniciativa da Andes.

Segundo o presidente da Andes, Renato de Oliveira, pela primeira vez os professores universitários brasileiros "poderão se posicionar autonomamente sobre uma proposta que busca articular, num todo orgânico, a complexidade do projeto histórico da autonomia universitária num país chamado Brasil".

POLÍTICA ECONÔMICA

O dissenso no Consenso de Washington

Formulador do receituário econômico para os países pobres diz que medidas foram "longe demais"

O chamado "Consenso de Washington" - um conjunto de medidas econômicas proposto pelos países ricos para alavancar o desenvolvimento dos países pobres - foi transformado em manifesto político a fim de justificar mudanças "para todo o lado". O "Consenso" foi utilizado em diferentes sentidos e por diferentes pessoas, que colocaram proposições inexistentes na formulação inicial e em razão disto o receituário "foi longe demais". Afirmações como essas não partiram de representantes da esquerda de algum país latino-americano, mas do próprio formulador da expressão "Consenso de Washington" ("Washington Consensus"), o economista inglês John Williamson.

O Consenso de Washington nasceu em 1989, numa conferência organizada pelo Institute for International Economics (IIE), em Washington. Na época, o Congresso norte-americano iria lançar o Plano Brady, que refinanciaria as dívidas externas de vários países da América Latina. Como contrapartida, o Congresso dos EUA cobrava uma série de reformas dos países que seriam beneficiados. O IIE formalizou o receituário

que deveria ser adotado para os países pobres em troca do refinanciamento.

Bula alterada

Em entrevista à "Folha de São Paulo", Williamson declarou que em 1989 alguns preceitos como privatizações, abertura da economia, desregulamentação e rígido controle da inflação e do déficit público "eram realmente um consenso". Com o passar do tempo, foram agregadas medidas que não constavam na concepção original. A manutenção da taxa de câmbio fixa como âncora contra a inflação e a excessiva liberalização do fluxo de capitais especulativos - práticas adotadas pelo governo brasileiro - são exemplos de medidas que os países "fizeram errado". Revendo o modelo original, Williamson diz que os benefícios de privatizações, por exemplo, "dependem muito da forma como elas são realizadas". Hoje, ele seria "menos entusiasta" das liberalizações de capital, que em muitas situações "levaram a crises" e que pode ser "muito perigosa". Williamson considera positivas as declarações de Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), com ênfase

na busca de soluções para a pobreza no mundo. Segundo o economista, vai demorar para que o Fundo coloque em prática políticas de orientação social porque "a burocracia leva tempo para que as intenções do topo sejam transformadas em ações na base".

Instabilidade no Brasil

O prognóstico de Williamson para o Brasil não é muito animador. Ele sustenta que o país "não tem condições políticas" de propor uma renegociação do acor-

do com o FMI devido à instabilidade política do governo e que a nação e a economia "não vão chegar a lugar nenhum" se o sistema político for incapaz de uma "recomposição". Para o economista "não há dúvida" de que "o fim pode ser ruim" se o presidente FHC ou o Congresso não assumirem a liderança para levar adiante as reformas necessárias. Com o agravamento da crise no Brasil, Williamson não descarta a possibilidade de ascensão a um governo de esquerda "bem organizado".

Progresso dos EUA não compensou trabalhador

Há alguns anos, os EUA apresentam índices de expansão contínua do consumo, alimentada pelo endividamento crescente dos cidadãos e pela pujança de um mercado acionário que resiste à lei da gravidade. A vitalidade da economia dos EUA traz, segundo avaliações de economistas, evidentes sinais de desequilíbrios. Entre esses sinais, estariam a taxa de poupança doméstica negativa, o déficit de mais de US\$ 100 bilhões na balança comercial e o aumento do valor das ações nas bolsas de valores sem o correspondente aumento nos lucros das empresas. Embora a economia tenha avançado, o pesquisador norte-americano John Schmidtt mostrou em trabalho divulgado recentemente que os trabalhadores não receberam os benefícios dessa vitalidade econômica. Schmidtt mostrou que o progresso dos EUA não se refletiu em melhores condições de salário e benefícios sociais para a classe trabalhadora.

(Fonte: www.acessocom.com.br)

Governo dita agenda do Congresso

Estatística mostra que Legislativo trabalhou duro para aprovar matérias encomendadas pelo Planalto

Ichiro Guerra / Folha Imagem

No primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Congresso Nacional trabalhou os quatro anos sob forte pressão da mídia que lhe cobrava eficiência e rapidez na apreciação da agenda do Poder Executivo. Os parlamentares eram mantidos sob forte pressão psicológica por resultado, tendo que deliberar com agenda cheia, tempo curto para votar as matérias, com prêmio de salário extra para quem comparecia e votava ou ameaça de corte de salário e penalização por ausência, além da barganha política em troca de votos. Naquela legislatura, o Congresso foi convocado extraordinariamente sete vezes.

No segundo mandato de FHC, desgastado com os escândalos envolvendo alguns de seus representantes, o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) resolveu desenvolver uma agenda própria à qual o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Michel Temer (PMDB/SP), chamou de "agenda positiva". Entretanto, com a crise que abalou o País logo no início do segundo mandato de FHC, o Poder Legislativo teve que abrir mão de sua agenda para, mais uma vez, votar a agenda do governo. Assim, priorizou-se a aprovação das matérias do ajuste fiscal, começando pela CPMF e os projetos de regulamentação da reforma administrativa tanto na Câmara como no Senado. **Adverso** apresenta, a seguir, um rápido balanço do primeiro semestre que deixa evidente a força do Executivo na condução do Congresso nacional.

Câmara dos Deputados

Segundo a estatística oficial, a Câmara dos Deputados apreciou 284 matérias. Entre as mais importantes, destacam-se duas PECs: a de nº 637/99, transformada na Emenda Constitucional nº 22, restabelecendo o imposto sobre os cheques, a CPMF, e a de nº 472/97, que trata da restrição ao uso de medida provisória, atualmente aguardando votação no Senado. O texto desta Emenda Constitucional amplia a vigência das MPs de 30 para 60 dias, permite uma prorrogação por igual período, fendo os quais a medida provisória perde eficácia, se o Congresso não a transformar em lei neste prazo.

Na legislação infraconstitucional foram aprovados e transformados em lei os seguintes projetos: o PL 2.942/92, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), transformado na Lei 9.796/99, dispendendo sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e o PL 382/91, da deputada Rita Camata (PMDB/ES), criando regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho, transformado na Lei 9.799/99. Além



destes transformados em lei, dois outros foram aprovados e remetidos ao Senado o PL 4.695/98, alterando os arts. 789 e 790 da CLT sobre custas e emolumentos da Justiça do Trabalho e o PL 4.693/98, acrescentando artigos à CLT, instituindo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista. A Câmara também aprovou e remeteu ao Senado o Projeto de Lei Complementar 249/98, Lei Rita Camata, fixando os limites de gastos com pessoal, e o Projeto de Lei 4.812/98 sobre normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas, ambos já transformados em lei.

Além disso, aguardam votação em regime de urgência no Plenário os projetos de lei que tratam da reforma administrativa: o PLP 248/98 sobre carreiras típicas de Estado e o PL 4.811/98 sobre regime de emprego na administração pública. No âmbito das Comissões Especiais, aguardam votação os PLPs 8, 9 e 10/99 que regulamentam a Previdência Complementar, além das Comissões Especiais da Reforma do Judiciário, Reforma Tributária e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comissão de Trabalho

No final dos trabalhos legislativos, antes do recesso parlamentar, a Comissão de Trabalho, depois de aprovado o requerimento do deputado Medeiros (PFL/SP), relator do projeto de contribuição negocial, realizou uma audiência pública para debater o PL 3.003/97, do Poder Executivo, que trata do fim da contribuição sindical e instituição da contribuição ne-

ocial. Já o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA), designou o deputado Moreira Ferreira (PFL/SP) para relatar a PEC 623/98, tratando de Organização Sindical. Com relação à apreciação desta PEC pela CCJ, como informamos pela Agência DIAP, embora o parecer do relator não seja de mérito, ele antecipará a posição do governo e empresários acerca da matéria.

Ironicamente, a distribuição destas duas matérias de vital interesse para o movimento sindical tiveram suas relatorias entregues a seus mentores. O projeto de contribuição negocial, formulado pela Força Sindical, está sendo relatado pelo seu principal líder, deputado Medeiros. Já a PEC da Organização Sindical, forjada nos gabinetes da FIESP, agora é relatada pelo deputado Moreira Ferreira, seu ex-presidente.

Senado Federal

O Senado Federal ocupou bastante espaço na mídia em função da disputa entre o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), e o líder e presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA), por conta da instalação das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, para atender interesses e disputas na base de sustentação do governo.

Entretanto, apesar dessas disputas, o Senado não deixou de deliberar sobre sua agenda. Segundo as estatísticas oficiais, foram apreciadas 245 matérias desde o início do ano, inclusive cinco

emendas constitucionais. Entre as matérias mais importantes, todas aguardando votação na Câmara, destacamos a aprovação de quatro Propostas de Emenda à Constituição: I) uma tratando do capítulo que desregulamenta o sistema financeiro, com a revogação da limitação das taxas de juros em 12% ao ano; II) a PEC 63/95, do ex-senador Gilberto Miranda (PFL/AM), que extingue a figura do juiz classista, inclusive nas juntas de conciliação e julgamento; III) a emenda tratando da criação dos juizados especiais de pequenas causas na Justiça Federal; e IV) a PEC que estende às ações trabalhistas do meio rural o mesmo prazo de prescrição fixado para as demandas dos trabalhadores urbanos.

Em relação às reformas infraconstitucionais, foram aprovados dois projetos que regulamentam a reforma Administrativa. Trata-se do PLP 249/98, transformado na Lei Complementar 96, de 31/05/99, disciplinando os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição, Lei Camata; e PL 4.812/98, transformado na Lei 9.801, de 14/06/99, sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa.

Como se vê, a produção legislativa foi bastante expressiva, só que para atender aos interesses do governo e do poder econômico. Para que esta realidade mude, é necessário que a sociedade civil se organize e passe a cobrar mais dos seus representantes no Congresso Nacional.

Sandra Corazza / Dept. de Ensino e Currículo e PPG da Fac. de Educação da Ufrgs

El Niño / La Niña: o infantil do presente

O fim-de-infância

Na última década deste século XX, um certo sentimento de calamidade generalizada faz-se implicar em sensações de alarme e desassossego social para enunciar "o fim da infância". Aqui-e-agora, soa um alerta: Não existe mais este "outro"! Uma urgência: É preciso libertar o infantil da modelagem adulta! Fazê-lo ser infantil de novo! E um clamor: Asseguremos seu direito a uma infância feliz! Lutemos pela infância-sem-fim!

Afirma esse diagnóstico do fim-de-infância que o infantil entrou em decadência moral, está desonorado, corrompido, desregrado, pervertido: encontra-se *out of joint*. A infância não anda bem, vai mal, não funciona, não se passa direito, não anda como deveria andar; é um desastre, um fracasso, uma inadequação. Facilmente, nos deslocamos do infantil moralmente desajustado ao que é injusto: à injustiça da imoralidade de uma infância roubada, perdida, negada.

O dispositivo de infantilidade deveria consertar este tempo de infância que anda de revés. Deveria fazer justiça, endireitar as coisas, a história, o mundo, a sociedade, a nova ordem mundial, a época, os/as adultos/as, as relações. Colocar o infantil do lado direito, no reto caminho, recolocar nos eixos uma infância desconjuntada. A fim de que, em conformidade com as regras de seu justo funcionamento, a infância avance direito, e segundo o direito, na direção certa: um infantil com uma infância sem fim.

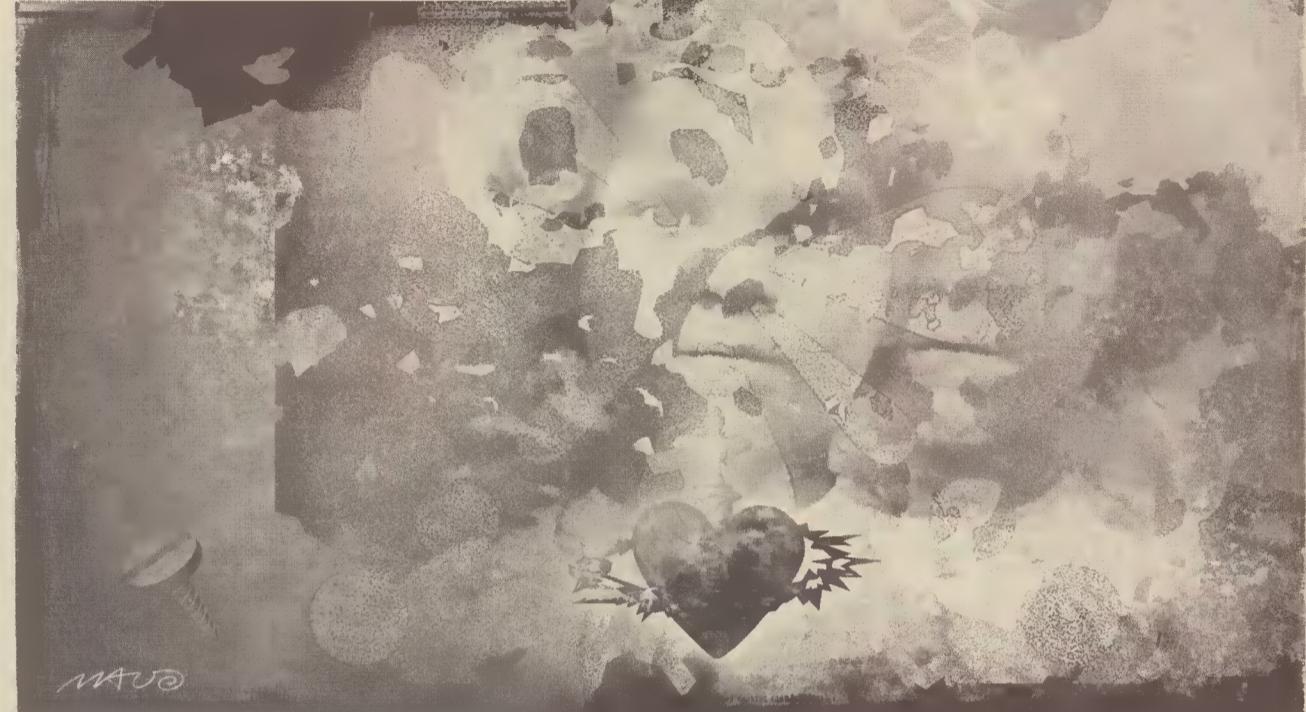
A infantilização deveria ser forte para consertar a infância errada, corrigir sua direção, restituir ao infantil o que lhe pertence. Castigar o mundo, o tempo e o social que dele roubam a infância que é, que deve ser a sua. Corrigir a tortuosidade da infância: tarefas das tecnologias de Estado, das técnicas de governo de si e dos/as outros/as, da atividade educacional e de todas as relações disciplinares que supõem formas de controle ou direcionamento.

A experiência que nos tocou viver é esta: a do fim-de-infância. Para onde vai a infância se tudo continuar como está? É necessária uma grande conjuração contra o fim-de-infância: nova mobilização para lutar contra tudo o que este fim representa e continuará a representar. Para o combater, é necessário que cada um/a e todos/as assumam a responsabilidade de salvar a infância, de comprometer-se com ela de modo performativo. Na realização dessa escatologia messiânica, é necessária uma Santa Aliança, que opere o advento da Terra Prometida de uma infância sem fim.

A Educação e a Pedagogia esclarecem os paradoxos de tal Aliança: é preciso ajudar os infantis a suprir o que lhes falta, seja em inteligência, seja em força, seja em tudo o que for necessidade física e moral. Todo o tempo da Educação e toda a sua organização são regidos por este mal necessário: suprir o que falta. Esta é a oportunidade de suplência da Humanidade. O que será dela se não faltar nada e nenhuma subjetividade infantil a suprir?

A infância do porvir e o infantil recuperado em sua sexuação, educabilidade, dependência, modo de ser, são acontecimentos de uma injunção penhorada que prescreve fazer vir isto mesmo sob a forma de uma presença plena. Promessa infinita e forma determinada: insustentáveis, quando menos, porque exigem o desrespeito pela singularidade e alteridade do Outro. Espera sem horizonte de espera: hospitalidade com todas as restrições devidas, cumprimento sem sinal de boas-vindas. Porque, de imediato, deve-se reiniciar o trabalho de disjunção.

O fim do infantil, como limite antropológico, anunciou-se ao pensamento ocidental depois do chamado "fim do humano", anunciado, dentre tantos, por Nietzsche e Foucault. Perguntar se "o fim" não é somente o fim de um certo conceito é muito fácil. É preciso complicar - porque as coisas estão longe de serem simples -



um pouco o esquema de tais diagnósticos, para indagar do "fim" que interessa: perdeu-se a finalidade moderna do infantil? sua utilidade? sua função? A forma-infantil teria capturado tantas relações de poder por que uma operação de infantilização contínua produziu-se, na ordem pedagógica, judiciária, econômica, familiar, sexual, visando a uma integração global? Ou essa forma, tal como subjetivada pela Modernidade, estaria se desidentificando e se enriquecendo de novas e diversas identificações?

A nova subjetividade

O momento presente da história da infantilidade aponta o advento de uma nova luz e de um novo modo de enunciação do infantil. Suas figuras emblemáticas são El Niño e La Niña. Ele e ela demarcam - em nossa prosa, nos limites de nosso mundo e na escrita das coisas - a fratura da infantilidade moderna.

Afinal, elas são as crianças mais mal-educadas de hoje. Não sabem ler, nunca foram à Escola; não são tiranizadas pela cultura midiática, não assistem televisão, nem têm computador; não precisam resolver nenhum complexo de Édipo, não têm pai, nem mãe; não são expropriadas, nem violentadas; parece até que não brincam.

O Menino Jesus inaugurou o sentimento ocidental de infância. Quatrocentos anos depois, esse doce Menino se transforma em uma mancha vermelha sobre o Pacífico. No século XVIII, tal fenômeno foi batizado com o nome de El Niño, num misto de reverência e temor àquele jesuzinho.

El Niño é tão terrível e monstruoso que uma de suas últimas estrepolias é desacelerar a rotação da Terra; fazendo com que, no último ano, cada dia de nossas vidas sofra um acréscimo de 6 décimos de milésimo de segundo.

La Niña é sua irmã. Para falar dela, é preciso antes conhecer quem é El Niño, porque ela não existe sem ele. Há quem a chame de Anti-El Niño. A Menina resfria as águas do oceano, trazendo mais inundações e secas, só que em regiões trocadas do Planeta.

Esses "Meninos" - ainda ditos no masculino - são duas faces de um mesmo fenômeno; sua previsão, uma questão de vida ou morte; o grande desafio é conhecê-los melhor, controlar suas condutas, governá-los - do mesmo modo como fizemos com "os meninos" modernos.

Los Niños são os significantes do que é infantil, hoje: desenham o negativo do "Mundo da Criança" da Modernidade; encerram um ciclo de problematizações, ini-

ciado com a inocência daquele menino-morto; seus furos e flagelos entram em nossos conhecimentos, ainda não tornados razoáveis.

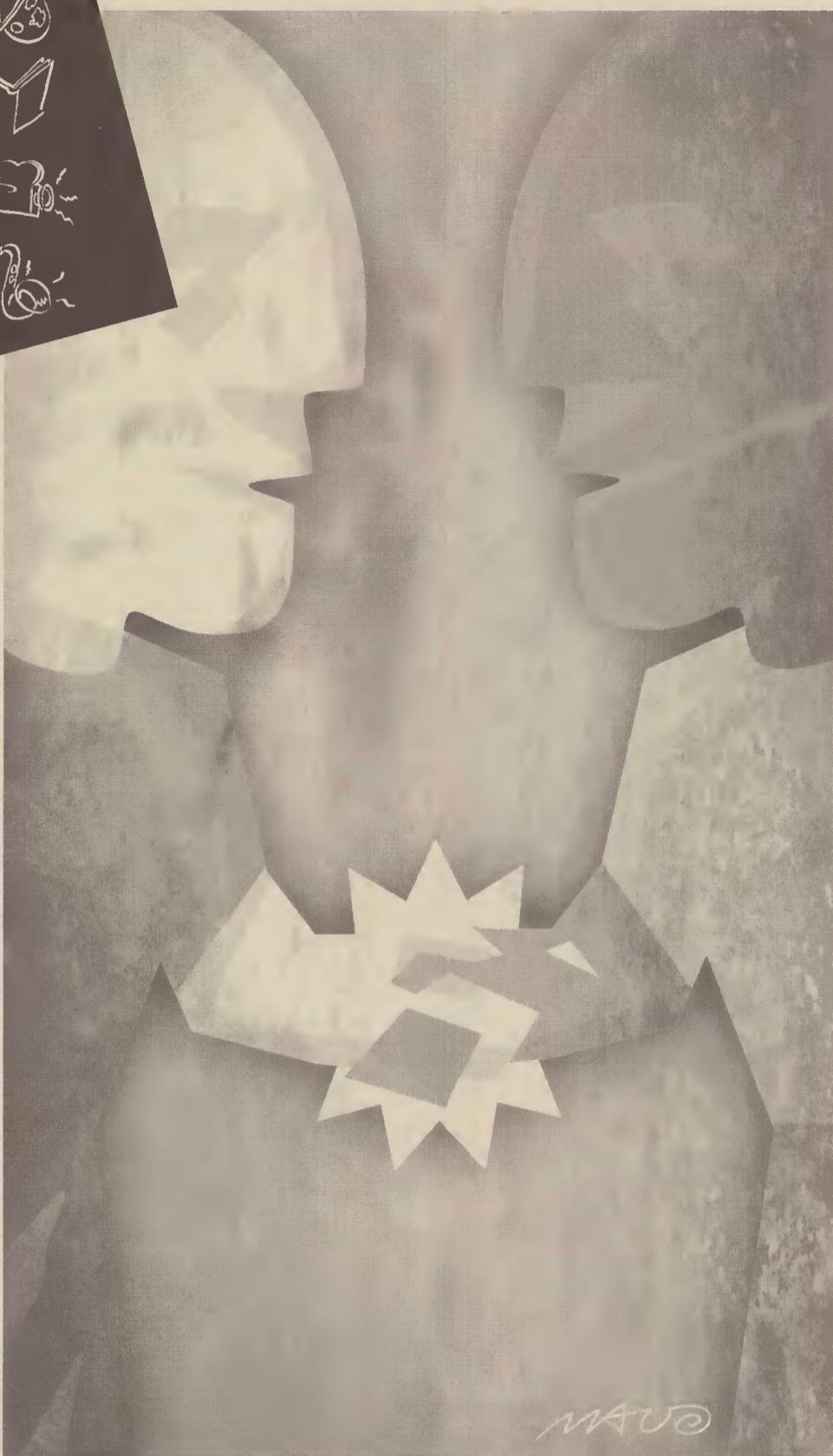
O dispositivo de infantilidade criou um excesso de identificação nos espelhos, levando o humano a perder uma de suas figuras de objetivação; provocando o esfacelamento da imagem de seu "eu", a confusão e a convulsão de suas representações. Pois, se acontece do infantil ficar demasiadamente colado a nós, como é que vamos decifrar este pequeno-outro, para apreender que somos o Grande-Outro?

Los Niños estão desequilibrando as relações conhecidas. Dissipando-se nas brumas de uma infância revisitada. Realizando uma experiência-limite, sem funções transientes. Desgarrando-se de si e de nós, de modo a se subjetivarem como sujeitos-outros. Mostrando a miséria do infantil familiar. Apontando que não basta dar "o pão da infância" a quem tem fome dela, mas que é necessário deixar de produzir este mesmo tipo de fome.

Será tudo isso uma ruptura de sentido, que pode originar focos mutantes de auto-referenciação? Indicará a complexificação de nossa subjetividade, a ser feita de orquestrações inusitadas? Condição precária, sem dúvida, porque ameaçada pelas linhas de força reativas que, em pânico, preservam "a infância" - dependente, adulta, educada, sexuada -, escorando-a na armadura nostálgica de nosso querido "Princípio da Identidade".

O "bom infante" acabou. Ele é uma figura de areia entre uma maré vazante e outra montante; uma composição que só aparece entre duas outras: a de um passado que o ignorava, a de um futuro que não o reconhecerá mais. O que fará o humano moderno, sem este infante? A radicalização da finitude implica promover diferentes práticas de liberdade, ao redor dos modos pelos quais fomos subjetivados/as como infantis; e novas formas de luta contra a modelização adulto-infantil, que nos ligou a nós, e nos submeteu ao olhar e à palavra do "Sujeito-Verdadeiro".

Talvez tenhamos de interromper a subida da ladeira, do "sempre mais infância", do "sempre mais verdade do infantil", a qual tantos séculos nos fadaram; e inventar, de A a Z, uma relação, uma ética, e um modo de vida com os infantis ainda indizíveis. Aqui, onde acaba uma determinada condição histórica "de infantil", precisamente aqui, uma nova história da infantilidade começa. La Niña e El Niño são o anúncio de uma "nova aurora" de nossas vidas da qual, certamente, não sentiremos tantas saudades assim, acho.



Educar contra a discriminação

Porto Alegre foi apontada pelo Ministério da Educação como a capital com menor índice de evasão escolar do país. A forma de ensino, os ciclos, a linha pedagógica e principalmente o envolvimento da comunidade escolar no cotidiano dos colégios são fatores que, somados, podem ter sido importantes para o alcance de tão positivo índice.

Esse é um fato que também comprova o significativo avanço na área da educação que a Administração Popular teve nestes 11 anos de governo. É preciso avançar ainda mais. Se buscamos uma sociedade verdadeiramente democrática, solidária e fraterna, devemos ter a educação como um dos instrumentos mais eficazes para formação da cidadania e, consequentemente, a possibilidade de vermos as novas gerações construindo uma cultura que não reproduza os preconceitos que eternizam o processo de dominação das elites sobre o povo, processo que permite o contínuo agravamento da miséria e da exclusão.

É nessa perspectiva que propomos, através de projeto de lei que tramita na Câmara de Vereadores, a inclusão de conteúdos anti-racistas e antidiscriminatórios na rede de ensino público municipal. Sabemos que a exclusão social tem aspectos econômicos e políticos, mas também apresenta outras matizes, menos perceptíveis, mas muito arraigadas à teia social. A discriminação e o preconceito relacionados à raça, opção

sexual, entre outros, são fatores que, às portas do ano 2000, ainda excluem, violam direitos e negam oportunidades a grande parte da população.

Denúncias de racismo, discriminação da mulher no mercado de trabalho, violência e preconceito contra homossexuais ainda são comuns e merecem, por parte da sociedade e dos governos, mais atenção. Nossa proposta de incluir conteúdos que levem os estudantes da rede municipal a refletirem sobre o assunto nada mais é do que a tentativa de formar cidadãos que, no futuro, não mais reproduzam esta cultura recheada de preconceito.

A gestão pública municipal tem o dever de desencadear, com urgência, políticas afirmativas e ações na área da educação voltadas a uma nova concepção sobre o papel das mulheres, populações afrodescendentes e indígenas. Com a aproximação de eventos como Brasil 500 anos, comemorações do 20 de novembro em homenagem a Zumbi, Semana da Consciência Negra, é pertinente que desde já retomemos o debate sobre a necessidade de um ensino que combata as práticas discriminatórias na nossa cidade. A política educacional em Porto Alegre só poderá ser considerada realmente satisfatória se a Escola Cidadã ensinar nossas crianças e jovens a se tornarem cidadãos que não discriminem nem excluam seus semelhantes.

ORELHA



Ideais de modernidade e sociologia no Brasil
Ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto
Org. Marcos Chor Maio e Gláucia Villas Bôas
Reúne artigos sobre um dos maiores sociólogos brasileiros, além de textos do próprio Costa Pinto.
Editora da Universidade. 351p.



Administração sindical em tempos de crise

Vários autores

Transformações no mercado de trabalho, crises nos sindicatos e saídas encontradas pelas instituições são alguns dos temas abordados. Edição do Centro de Estudos Sindicais (CES). 162p.

Farmacognosia - da planta ao medicamento

Vários autores

Os principais temas pertinentes ao estudo das drogas são apresentados sob enfoques inovadores, como as referências à biodiversidade e à quimiossistêmica. Editora da Universidade. 821p.

HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de S. Paulo

WWW

Ciência

www.abc.org.br/
Site da Academia Brasileira de Ciência

Pesquisas sobre países

www.city.net/countries
Todos os países e territórios do mundo

O DEPUTADO HILDEBRANDO FAZ ESCOLA...

AD NAUSEAM



Professor universitário, pesquisador, jornalista e escritor. Com dezenas de prêmios e títulos na bagagem, Sérgio Caparelli colocou em xeque seu próprio trabalho e decidiu virar motorista de táxi em outras paragens. Sorte para alunos e leitores, a empreitada não vingou. De volta à Universidade, Caparelli conquistou mais um reconhecimento em sua carreira: o Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação, na categoria Maturidade Acadêmica. Numa conversa com o Adverso, Caparelli falou sobre a crise intelectual que por pouco não o afastou da Universidade, do estágio da pesquisa em Comunicação no Brasil e da paixão em ensinar.

Silvânia Mariani

AD

verso
- Qual é a emoção ao receber mais um prêmio por suas pesquisas na área da comunicação?

Sérgio Caparelli - Não sei se a gente se subestima ou subestima o trabalho que está fazendo, mas o fato é que quando apareceu meu nome como um dos indicados, cheguei a telefonar avisando que não gostaria de participar porque tinha ficado vários anos sem publicar. Não publiquei em 91, 92 e 94 porque entrei numa crise intelectual e pensava em abandonar a universidade e mudar para outro país porque não via perspectivas aqui. Eu sei que tenho uma participação efetiva dentro da área da comunicação e falei que dentro de três ou quatro anos poderíamos ter uma participação mais consolidada dentro de uma nova abordagem, com um novo paradigma de análise. E já teria também um grupo de professores de pesquisa no qual sou líder, mais consolidado. Então não mandei currículo e ao mesmo tempo fiquei temeroso que minha atitude fosse considerada como um certo esnobismo. Por isso decidi participar da cerimônia de entrega, que aconteceu na Academia Brasileira de Letras. Eu fui para lá como figurante, para participar de uma sociedade científica na qual acrediro. Quando abriram o prêmio de maturidade científica eu falei "estou perplexo" e contei a crise intelectual que tive, a minha experiência em Montreal que me fez jogar fora quatro ou cinco caixas de livros enquanto me perguntava se tinha importância o trabalho que eu desenvolvia.

Adverso - Qual foi o motivo dessa crise intelectual?

Caparelli - Isso aconteceu num período de mudanças de paradigmas. Em 1991, eu estava no Canadá e comecei a jogar fora, um por um, os livros que tinha levado. Era uma crise de modelo, de paradigma de análise porque coincidiu na época com a queda do Muro de Berlim e o refluxo de um modelo marxista de análise da realidade. Havia uma crise de paradigmas, principalmente uma crise de paradigmas marxistas, uma crise intelectual pessoal, e havia uma vontade de abandonar tudo e ir para outro país. Eu pensava em ser motorista de táxi, era o que eu pensava mesmo. Maí eu voltei para o Brasil e pensei em voltar a trabal-

har na Zero Hora, voltar para minha vida profissional. Houve certos desentendimentos no momento de voltar a trabalhar em jornal e eu continuei na Universidade. Mas foi um período improdutivo, vamos dizer assim, do ponto de vista de publicação científica. Em razão disso fiquei surpreso em ser indicado ao Prêmio.

Adverso - Qual é a importância desse prêmio para a área de ensino e pesquisa em Comunicação?

Caparelli - O prêmio não é apenas importante para reconhecer o que está sendo feito mas também para criar um clima de incentivo às atividades de pesquisa como um todo. Além do mérito de reconhecer um determinado estágio da pesquisa em comunicação no Brasil, ao mesmo tempo fomenta para que isso continue. Eu faço pesquisa porque estou numa instituição que me dá condições. Com isso cria-se uma cultura de pesquisa dentro de uma faculdade que não tinha essa tradição.

A sinergia dessa rede vai formar uma

“Enquanto na sala de aula aprende-se um saber sabido, na pesquisa vai se construir um saber”

totalidade quantitativamente melhor. Um impulso direto disso é a tentativa de fazer funcionar, a partir do ano que vem, o curso de doutorado na Fabico.

Adverso - Onde se faz pesquisa de comunicação de qualidade no Brasil?

Caparelli - Na USP, na PUC de São Paulo e na UFRJ está num crescendo, assim como na Federal da Bahia e aqui no Rio Grande do Sul com a Ufrgs, a Unisinos e a PUC. Há três anos não exis-

A maturidade da Comunicação



Caparelli: cultura de pesquisa no país beneficia comunicólogos

cultura de fomento à pesquisa. Na Ufrgs, existem 600 bolsas de iniciação científica como um todo. Na Argentina estão começando a aparecer, em cada esquina, cursos de mestrado e doutorado em comunicação. Isso, porém, é recente em universidades privadas. A Universidade de Buenos Aires, por exemplo, não tem cursos de mestrado e doutorado em comunicação, mesmo que tenha 7 mil alunos de comunicação. Então, o Brasil acordou muito cedo para isso e assim consolidou diversas áreas humanas afins, como ciências sociais. O programa de comunicação, que chegou mais tarde, se beneficiou de uma cultura de pesquisa institucionalizada.

Adverso - Qual é a importância em se fazer pesquisa em comunicação?

Caparelli - Há uma relação estreita entre o ensino e a pesquisa. Enquanto na sala de aula aprende-se um saber sabido, na pesquisa vai se construir um saber. Uma pesquisa pode tratar de que maneira estão convergindo as telecomunicações e a comunicação no Cone Sul. Por exemplo, de que maneira certas empresas que antes se preocupavam em transporte de mensagens sem se preocupar com conteúdo, como a Embratel, passam a preocupar-se com o conteúdo e começam a investir na programação. Da mesma forma, empresas de comunicação que não se interessavam muito em quem transportava os sinais e sim apenas que esses sinais chegassem a seu destino, começam a, por exemplo, investir em televisão a cabo para dotar e, de certa maneira, deter o cabeamento de uma cidade, como a RBS por exemplo. No momento em que vai trazer um conhecimento, vai haver reflexão direta na graduação porque é um conhecimento mais específico e qualificado de uma área. Os grupos de pesquisa reforçam essa indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.

Adverso - Houve mudança de paradigma ao se fazer pesquisa em comunicação?

Caparelli - Sim, e a principal delas é uma interdisciplinariedade cada vez mais forte. Tratamos com algo complexo e que necessita de conhecimentos de muitas outras disciplinas para compreensão e análise. Parte-se da idéia de que não existe uma única metodologia nem uma única teoria para explicar a complexidade desses fenômenos. Vejo também que a extrema politização da pesquisa que havia nos anos 70 diminuiu bastante. E há uma mudança nos temas a serem analisados. Nos anos 60 e 70, a preocupação era quase que totalmente com os meios de produção e, às vezes, com uma má aplicação da economia política dentro da pesquisa em comunicação. Nos anos 90, há um deslocamento para a análise da recepção.